

Um Código de Família para uma sociedade mais inclusiva

Image not found or type unknown



Por Maria Josefina Arce

Um Código de Família que espelhe as transformações da sociedade cubana nos últimos anos e ajude a construir um país mais justo e inclusivo é o compromisso das autoridades de Cuba.

Nessa direção continuam os debates em torno do anteprojeto que envolve entidades públicas e privadas ligadas ao direito familiar.

Nesta fase dos debates, se trocam ideias com representantes dos ministérios de Educação, Educação Superior, Saúde Pública e Justiça, com instituições religiosas e faculdades da Universidade de Havana: Direito, Comunicação, Filosofia e História.

Este processo se estenderá ao longo do mês de outubro levando em conta as opiniões e sugestões da população. O documento está disponível para todos e há um endereço eletrônico para que os interessados possam enviar seu parecer.

Os debates e a troca de ideias são prioridades de uma sociedade que aspira a aperfeiçoar seu modelo de justiça social. O objetivo é contar com um Código fortalecido e abrangente, afirmou o presidente Miguel Diaz Canel.

A 22ª versão do anteprojeto regula os direitos reconhecidos na nova Constituição proclamada em abril de 2019 após exaustiva análise feita pela cidadania e referendada em plebiscito popular por perto de 87 por cento dos cubanos que votaram naquela histórica jornada de 24 de fevereiro, faz dois anos atrás.

O novo texto dá ênfase ao direito de cada pessoa de constituir uma família, e o livre desenvolvimento de sua personalidade seja respeitada, sua intimidade e seu projeto de vida familiar e pessoal.

São fixadas as prerrogativas de crianças e jovens a serem escutados dentro da família, que deve garantir as condições necessárias para seu bom desenvolvimento físico e emocional.

Com relação às mulheres, o documento contém a essência e as ações da fundadora da Federação de Mulheres Cubana, Vilma Espin, que defendeu o direito desse segmento populacional a ocupar o lugar que lhe corresponde na sociedade.

A violência familiar baseada no gênero, contra crianças e adolescentes, idosos e portadores de deficiências também está incluída no anteprojeto. Este realça: quem utilizar qualquer tipo de violência deve responder conforme o estabelecido na legislação familiar e penal.

O Código de Família aprovado em 1975 potenciou as ações do Estado em prol da igualdade entre seus membros e abriu o caminho para continuar trabalhando pelo bem-estar da família cubana. Por isso, é necessário um novo documento que leve em conta as mudanças que foram ocorrendo e estejam em consonância com a Constituição.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/272563-um-codigo-de-familia-para-uma-sociedade-mais-inclusiva>



Radio Habana Cuba